

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA****Portaria n.º 5/2002****de 4 de Janeiro**

A extensão a todo o País da distribuição de gás natural, forma de energia favorável ao ambiente e de grande comodidade de utilização, constitui um objectivo relevante e que vem sendo implementado progressivamente.

Nesta perspectiva, o Decreto-Lei n.º 8/2000, de 8 de Fevereiro, veio flexibilizar o quadro institucional do sector do gás natural, permitindo a atribuição de licenças para distribuição e fornecimento a pólos de consumo. Para o efeito, foi criada a figura da «licença para exploração de redes locais autónomas de gás natural», alimentadas por unidades autónomas de gaseificação.

Esta medida visa proporcionar a melhoria das condições económico-sociais das zonas abastecidas, favorecendo a fixação das populações e potenciando a actividade produtiva e a competitividade. A dinâmica dos investidores locais e a participação das autarquias serão importante motor deste processo.

A actividade contemplada por estas licenças é exercida em regime de serviço público, como forma de garantir aos clientes a qualidade do serviço, a estabilidade do fornecimento e a regulação tarifária. Paralelamente, é assegurado à empresa titular da licença um quadro propício à concretização e viabilidade dos investimentos que se propõe realizar, conferindo às actividades que integram a licença os direitos e deveres que são atribuídos às actividades exercidas sob concessão.

O mesmo diploma estabelece, ainda, que as condições para a atribuição de licenças, bem como para a sua transferência, sejam objecto de regulamentação por portaria.

Assim:

Ao abrigo do n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 374/89, de 25 de Outubro, na redacção que lhe foi conferida pelo artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 8/2000, de 8 de Fevereiro, manda o Governo, pelo Ministro da Economia, o seguinte:

1.º É aprovado o Regulamento das Condições para a Atribuição de Licenças de Distribuição e Fornecimento de Gás Natural através da Exploração de Redes Locais Autónomas, o qual constitui o anexo I da presente portaria e é parte integrante da mesma.

2.º É aprovado o modelo da fórmula de preços e da estrutura tarifária, bem como o mecanismo de revisão e o procedimento de homologação, para a venda de gás natural a consumidores domésticos e pequenos consumidores comerciais ou industriais com consumos até 10 000 m<sup>3</sup> por ano, o qual consta do anexo II da presente portaria e constitui parte integrante da mesma.

3.º As tarifas para consumos iguais ou superiores a 10 000 m<sup>3</sup> por ano de gás natural serão negociadas entre o titular da licença e os consumidores industriais ou comerciais, sem prejuízo de poderem vir a ser sujeitas a homologação do Ministro da Economia, com fundamento em razões de defesa da concorrência.

O Ministro da Economia, *Luís Garcia Braga da Cruz*, em 10 de Dezembro de 2001.

**ANEXO I****REGULAMENTO DAS CONDIÇÕES PARA A ATRIBUIÇÃO DE LICENÇAS DE DISTRIBUIÇÃO E FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL ATRAVÉS DA EXPLORAÇÃO DE REDES LOCAIS AUTÓNOMAS.****Artigo 1.º****Objecto**

O presente Regulamento define as condições de atribuição de licenças de distribuição e fornecimento de gás natural através da exploração de redes locais autónomas em zonas do território não abrangidas pelas concessões de distribuição regional, adiante denominadas simplesmente por licença.

**Artigo 2.º****Âmbito**

1 — A actividade de exploração de redes locais autónomas de distribuição de gás natural para fornecimento da correspondente área geográfica compreende também a recepção, a armazenagem e a regaseificação em unidades autónomas afectas à rede.

2 — Mediante acordo com a concessionária do transporte em alta pressão, o titular da licença pode também abastecer os clientes directos daquela.

**Artigo 3.º****Pedido da licença**

Os pedidos de licença são dirigidos ao Ministro da Economia e devem incluir:

- a) Declaração indicando a denominação ou firma, a sede, o número do cartão de pessoa colectiva ou documento equivalente, os nomes dos titulares dos corpos gerentes e de outras pessoas com poderes para obrigar a entidade requerente, o registo comercial de constituição e das alterações do pacto social ou documento equivalente e a composição do capital accionista;
- b) Demonstração de que a sociedade satisfaz os requisitos expressos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 374/89, de 25 de Outubro, na redacção que lhe foi conferida pelo artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 8/2000, de 8 de Fevereiro;
- c) Indicação do esquema de financiamento, incluindo, nomeadamente, o montante do capital social inicial e o faseamento de sucessivos aumentos de capital, bem como o montante dos suprimentos, prestações suplementares e adicionais que os sócios se proponham disponibilizar para o respectivo financiamento;
- d) Declaração, por quem obrigue a entidade requerente, de como esta se compromete, nomeadamente:
  - i) A respeitar a legislação aplicável à construção e à exploração das infra-estruturas e à distribuição e fornecimento de gás natural;
  - ii) A cumprir os requisitos de natureza técnica e financeira que lhe forem impostos, nomeadamente os enunciados no artigo seguinte;
  - iii) A aceitar, no que for transponível para a entidade titular da licença, as disposições constantes do Decreto-Lei n.º 33/91, de 16 de Janeiro, na redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 183/94, de

1 de Julho (bases de exploração, em regime de serviço público, das redes de distribuição regional), nomeadamente quanto à base XIII (Regime de preços), à base XIV (Revisão dos preços), à base XVI (Responsabilidade civil), à base XXIII (Manutenção das infra-estruturas), à base XXIV (Informações sobre quantidades e preços) e à base XXVII (Multas contratuais), sem prejuízo das disposições desta portaria;

- e) Currículo comprovativo da existência de experiência e de capacidade técnica, financeira e de gestão adequadas à natureza do serviço pela entidade requerente ou por algum dos detentores maioritários do seu capital social;
- f) Indicação do responsável técnico ou da entidade responsável pelas infra-estruturas da rede a construir;
- g) Planta da área geográfica objecto do pedido;
- h) Calendarização da construção das instalações e da expansão da cobertura da área objecto da licença;
- i) Caracterização e perspectivas de desenvolvimento do mercado;
- j) Indicação do número previsível e do potencial de consumidores a servir, nos sectores doméstico, comercial e industrial;
- k) Previsão dos volumes de venda a médio prazo após o início da actividade licenciada;
- l) Caracterização do gás a distribuir;
- m) Definição do tarifário dos serviços a prestar, nos termos previstos no anexo II desta portaria;
- n) Data do início do fornecimento de gás;
- o) Análise da viabilidade económico-financeira do projecto, incluindo adequados estudos de sensibilidade.

#### Artigo 4.º

##### Requisitos a satisfazer

1 — Constituem requisitos técnicos cuja satisfação a entidade candidata deve garantir e a que fica obrigada caso lhe seja concedida a licença:

- a) Dispor, nos seus quadros permanentes, do pessoal técnico previsto no artigo 6.º do anexo I do Decreto-Lei n.º 263/89, de 17 de Agosto;
- b) Dispor de equipamento adequado à detecção de fugas;
- c) Assegurar a capacidade para a realização de intervenções no equipamento da rede;
- d) Dispor de meios que assegurem a assistência em situações de emergência relacionadas com a segurança de pessoas e bens;
- e) Dispor de um serviço de atendimento permanente.

2 — A satisfação do cumprimento das alíneas b) e c) do número anterior será garantida por meios próprios ou mediante contratos firmados com entidades qualificadas, devendo neste caso fazer-se prova da intenção das partes de celebrarem esse contrato.

3 — Constitui requisito financeiro a satisfazer pela entidade licenciada dispor, no final de cada ano civil, durante todo o período da licença, de recursos financeiros próprios iguais ou superiores a 25% do investimento total acumulado em activos fixos.

4 — Para efeitos do número anterior, entende-se por recursos financeiros próprios:

- a) O capital social, constituído por acções ordinárias ou preferenciais, remíveis ou não;
- b) Os empréstimos subordinados dos accionistas;
- c) Os suprimentos;
- d) As prestações acessórias;
- e) Os prémios de emissão.

5 — Outros requisitos a satisfazer:

- a) Manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, a expensas suas e durante todo o prazo de vigência da licença, as infra-estruturas necessárias à exploração;
- b) Submeter à aprovação do Ministro da Economia o modelo do contrato de fornecimento, onde constem os direitos e deveres dos consumidores e, nomeadamente, as condições de suspensão de fornecimento referidas no artigo 12.º;
- c) Submeter o projecto a licenciamento, em conformidade com os requisitos legais e com o disposto neste diploma.

#### Artigo 5.º

##### Título da licença

1 — O título da licença, emitido pelo Ministro da Economia, estabelece, nomeadamente:

- a) A identificação da entidade beneficiária;
- b) O âmbito geográfico do pólo de consumo;
- c) O prazo da licença;
- d) A calendarização da construção e expansão das instalações a que fica obrigada;
- e) Os requisitos específicos a cumprir;
- f) As penalidades por incumprimento das condições impostas;
- g) A definição de cauções e de garantias a prestar, bem como de fundos ou reservas a constituir;
- h) O montante mínimo de cauções e de seguro de responsabilidade civil a constituir;
- i) As características do gás a distribuir;
- j) A definição dos valores dos parâmetros relevantes para mecanismo de formação de preços;
- k) As condições e limites a que deve obedecer a aplicação de descontos comerciais.

2 — As penalidades previstas na alínea f) do número anterior não prejudicam o regime sancionatório estabelecido no artigo 11.º do Decreto-lei n.º 232/90, de 16 de Julho.

#### Artigo 6.º

##### Meios afectos à licença

1 — Consideram-se meios afectos à licença:

- a) O equipamento destinado à recepção, armazenagem e regaseificação do gás a distribuir, até à válvula de entrada da rede de distribuição, exclusive;
- b) A rede de distribuição, constituída pelo conjunto das tubagens e dos equipamentos de controlo, de regulação e de medida e respectivos acessórios destinados à distribuição do gás situados entre a válvula de entrada do gás na rede, inclusive, e as válvulas de corte geral de instalações de clientes, exclusive;
- c) Os imóveis em que se implantem as infra-estruturas da actividade licenciada;

- d) Os bens móveis, equiparados a imóveis, utilizados no desempenho dessas mesmas actividades;
- e) Outros imóveis onde se encontrem instalados serviços da licenciada para o desempenho das actividades em causa;
- f) Eventuais fundos ou reservas consignados à garantia do cumprimento de obrigações do titular da licença;
- g) As relações jurídicas que em cada momento sejam inerentes à actividade licenciada, nomeadamente relações laborais, de mútuo, de empreitada, de locação, de prestação de serviços, de aprovisionamento ou de fornecimento de gás natural ou seus gases de substituição;
- h) As instalações e demais equipamentos afectos ao serviço e ao apoio técnico aos clientes.

2 — O titular da licença deverá elaborar e manter actualizado e à disposição da Direcção-Geral da Energia um inventário do património afecto à licença, no qual se mencionarão os ónus ou encargos existentes sobre os bens.

3 — O titular da licença não poderá, sem prévia autorização, alienar ou onerar, por qualquer forma, quaisquer bens ou direitos que integrem a citada licença.

#### Artigo 7.º

##### Características do gás a distribuir

O titular da licença deverá fornecer e distribuir, através da sua rede, um gás da segunda família, com as características aprovadas no título de licença, salvo o disposto no n.º 5 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 374/89, de 25 de Outubro, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 8/2000, de 8 de Fevereiro.

#### Artigo 8.º

##### Responsabilidade do titular da licença

1 — Constituem encargo e são responsabilidade do titular da licença o projecto e a construção das instalações, bem como a aquisição dos equipamentos necessários, em cada momento, à exploração da rede.

2 — O titular da licença responde perante o Estado pelos eventuais defeitos de construção e dos equipamentos.

#### Artigo 9.º

##### Projecto das infra-estruturas

1 — A construção das infra-estruturas exige aprovação prévia do respectivo projecto pelo director regional do Ministério da Economia territorialmente competente, nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 232/90, de 16 de Julho, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 7/2000, de 3 de Fevereiro, para verificação da sua conformidade quer com os compromissos assumidos pela titular da licença quer com as políticas regionais e locais, de defesa nacional, de segurança das populações e do ambiente, bem como com as disposições legalmente aplicáveis.

2 — Os projectos deverão ser elaborados com respeito pelas normas e pelos códigos e demais regulamentação aplicável, nos termos da lei.

3 — Os elementos técnicos a apresentar para o licenciamento do projecto de construção são os descritos na alínea c) do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei

n.º 232/90, de 16 de Julho, com a redacção conferida pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 7/2000, de 3 de Fevereiro.

#### Artigo 10.º

##### Implantação das infra-estruturas

1 — A construção das infra-estruturas de recepção, armazenamento e regaseificação pressupõe a aquisição, por via negocial ou por expropriação, ou o aluguer a longo prazo dos terrenos necessários à sua implantação.

2 — A passagem da tubagem de gás beneficia de servidões nos termos do disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 374/89, de 25 de Outubro, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 8/2000, de 8 de Fevereiro, tendo em atenção o disposto no n.º 5 do artigo 15.º do mesmo diploma.

3 — A indemnização pela servidão e a respectiva sinalização obedecem aos termos do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 374/89, de 25 de Outubro, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 8/2000, de 8 de Fevereiro.

#### Artigo 11.º

##### Prestação de informação

É aplicável ao titular da licença o regime de prestação de informação estabelecido na Portaria n.º 524/2001, de 25 de Maio.

#### Artigo 12.º

##### Suspensão de fornecimento

1 — O titular da licença pode suspender o fornecimento aos consumidores por razões de segurança ou nos termos previstos nas cláusulas contratuais de fornecimento de gás e, nomeadamente:

- a) Por mora que se prolongue para além de 60 dias no cumprimento das obrigações dos consumidores;
- b) Por alteração não autorizada ou deficiência de funcionamento dos equipamentos ou sistemas de utilização e de ligação à rede de distribuição;
- c) Por incumprimento das ordens e instruções do titular da licença e seus agentes, em caso de emergência.

2 — No caso previsto na alínea a) do número anterior, o titular da licença deverá avisar o consumidor com a antecedência mínima de oito dias da data em que a suspensão venha a ter lugar.

3 — Em caso de mora no pagamento, o titular da licença poderá fazer acrescer ao montante em dívida juros de mora.

4 — A ligação do serviço após interrupção por culpa do consumidor obriga ao pagamento de uma taxa que será fixada no respectivo contrato de fornecimento.

5 — Nos casos a que se refere o n.º 1, pode ainda o titular da licença rescindir o respectivo contrato mediante prévio aviso ao consumidor faltoso, nos termos da legislação aplicável.

#### Artigo 13.º

##### Transmissão da licença

1 — O titular da licença pode transmitir a licença a uma terceira entidade, mediante prévia autorização do Ministro da Economia, verificadas as condições dos números seguintes.

2 — O pedido de transmissão deve ser solicitado, com a antecedência mínima de 90 dias sobre a data em que se pretende efectivar a cedência, em documento que exprima explicitamente a vontade das partes.

3 — A entidade à qual for feita a transmissão deve reunir os requisitos exigidos ao transmitente e assegurar o cumprimento das obrigações inerentes ao exercício da actividade.

4 — A entidade à qual for feita a transmissão deve apresentar os elementos referidos no artigo 3.º que respeitem à entidade titular da licença e demonstrar o cumprimento dos requisitos enumerados no artigo 4.º

5 — A entidade transmitente apresenta, em documento que terá de manter-se válido até à data da transmissão, a identificação dos meios e do património afectos à licença.

6 — As condições financeiras da transmissão são negociadas entre os intervenientes.

#### Artigo 14.º

**Transição de redes locais detidas pela concessionária da importação e transporte de gás natural para uma entidade detentora de licença**

1 — A exploração de redes locais pela entidade concessionária da importação e transporte de gás natural, quando determinada pelo Ministro da Economia, tem carácter transitório, estando a sua transmissão para uma entidade licenciada prevista no n.º 7 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 374/89, de 25 de Outubro, na redacção conferida pelo artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 8/2000, de 8 de Fevereiro.

2 — A transição é feita nos termos do artigo anterior, com as adaptações necessárias, devendo a concessionária satisfazer, prévia e designadamente, as seguintes disposições:

- a) Elaborar e submeter a aprovação do Ministro da Economia a lista dos meios e do património a afectar à licença;
- b) Identificar os meios e elementos patrimoniais dessa lista que são destacados dos seus meios e património próprios enquanto entidade concessionada.

3 — Será emitido um título de licença, nos termos previstos no artigo 5.º

#### ANEXO II

**Fórmula de preço, estrutura tarifária, mecanismo de revisão e procedimento da homologação para a venda do gás natural a consumidores domésticos e pequenos consumidores comerciais ou industriais.**

#### SECÇÃO I

##### Preços de venda do gás natural

#### Artigo 1.º

##### Regime de preços

1 — O regime de preços para o fornecimento, pelo titular da licença, de gás natural aos consumidores domésticos e pequenos consumidores comerciais ou industriais fica sujeito ao estipulado nas bases XIII e XIV das bases de exploração, em regime de serviço público, das redes de distribuição regional aprovadas

pelo Decreto-Lei n.º 33/91, de 16 de Janeiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 183/94, de 1 de Julho, como expresso neste anexo.

2 — Consideram-se pequenos consumidores os clientes com consumos inferiores a 10 000 m<sup>3</sup> anuais.

#### Artigo 2.º

##### Valores a facturar

Os valores, sem IVA, a facturar para o gás natural fornecido aos clientes domésticos e pequenos consumidores comerciais ou industriais são calculados com base na fórmula binómia seguinte:

$$VF_i = A_i + B_i \times Q$$

sendo:

$VF_i$ =valor a facturar pelo consumo, no escalão  $i$ ;

$A_i$ =termo fixo (dependente do tipo de consumidor e das condições de utilização do gás);

$B_i$ =coeficiente do termo variável (dependente das quantidades de gás efectivamente consumidas);

$Q$ =consumo de gás natural a facturar.

#### Artigo 3.º

##### Estrutura tarifária

1 — Os valores de  $A_i$  e  $B_i$  referidos no artigo anterior, correspondentes aos escalões  $i$  de consumo em que as tabelas de preços se subdividem, são propostos em conformidade com a tabela seguinte, sem prejuízo da possibilidade de subdividir o 2.º escalão, se for do interesse do candidato à licença:

Escalão	Consumo (metros cúbicos/ano)	$A_i$ (Euros/mês)	$B_i$ (Euros/metro cúbico)
1	$0 < Q \leq 220$	$A_1$	$B_1$
2	$220 < Q \leq 1000$	$A_2$	$B_2$
3	$1000 < Q \leq 10\,000$	$A_3$	$B_3$

2 — Os valores de  $A_i$  e  $B_i$  deverão ser propostos, fundamentadamente, pelo candidato à licença e devem ser referidos a condições típicas de utilização ( $P=21$  mb relativos e  $T=15^\circ\text{C}$ ) e a um gás com o poder calorífico superior médio de 10 032 Kcal/m<sup>3</sup> (condições PTN).

3 — A facturação poderá ser mensal ou bimensal.

#### SECÇÃO II

##### Revisão de preços

#### Artigo 4.º

##### Princípios da revisão de preços

1 — Os preços serão revistos periodicamente, conforme os procedimentos em vigor para a aprovação dos preços sujeitos a homologação governamental, nos termos dos números seguintes.

2 — O mecanismo de revisão de preços contemplará:

a) Relativamente ao termo fixo:

i) Uma periodicidade não inferior a um ano;

ii) A variação oficial do índice de preços no consumidor, sem habitação.

## b) Relativamente ao termo variável:

- i) A variação do preço de aquisição do gás natural pelo titular da licença e a variação oficial do índice de preços no consumidor, sem habitação;
- ii) Uma periodicidade trimestral no que respeita à variação prevista do preço de aquisição do gás natural pelo titular da licença;
- iii) A variação anual oficial do índice de preços no consumidor, sem habitação.

3 — Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se que cada período anual se inicia no dia 1 de Outubro do respectivo ano civil.

## Artigo 5.º

## Mecanismo da revisão

1 — De acordo com o referido no artigo anterior, o mecanismo a aplicar para cada escalão de consumo  $i$ , ano  $m$  e trimestre  $n$  será baseado nas fórmulas seguintes:

- a) Relativamente ao termo fixo, para cada ano:

$$A_{im} = A_{io} \times \{1 + [(IPC_{m-1} / IPC_o) - 1] \times K\}$$

- b) Relativamente ao termo variável, para cada trimestre:

$$B_{in} = B_{io} \times C_{in}$$

sendo:

$$C_{in} = \alpha \times PGN_n / PGN_o + \beta \{1 + [(IPC_{m-1} / IPC_o) - 1] \times K\}$$

em que:

$A_{im}$  = termo fixo do escalão ( $i$ ) no ano  $m$ ;

$A_{io}$  = termo fixo base do escalão utilizado;

$IPC_o$  = índice de preços no consumidor, sem habitação, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, referente ao continente, para Agosto de 2001;

$IPC_{m-1}$  = índice de preços no consumidor, sem habitação, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, referente ao continente, para Agosto do ano  $m - 1$ ;

$K$  = coeficiente  $\leq 1$ ;

$B_{io}$  = coeficiente do termo variável base do escalão  $i$ ;

$B_{in}$  = coeficiente do termo variável do escalão  $i$  no trimestre  $n$ ;

$PGN_o$  = preço base de compra do GN;

$PGN_n$  = preço previsto de compra do GN no trimestre  $n$ ;

$\alpha$  = parte do termo variável correspondente ao preço de compra do gás natural, isto é  $\alpha = PGN_o / B_{io}$ ;

$\beta$  = parte do termo variável que se destina a cobrir outros custos das empresas, isto é  $\beta = 1 - \alpha = (B_{io} - PGN_o) / B_{io}$ .

2 — O coeficiente  $K$  é fixado pelo Ministro da Economia.

## SECÇÃO III

## Homologação dos preços

## Artigo 6.º

## Procedimento de homologação

1 — A homologação dos preços propostos pelo titular da licença rege-se pelos seguintes princípios:

- a) O Ministro da Economia emitirá despacho de homologação do termo fixo do preço, para consumos verificados no ano  $m$ , com base:

i) Numa proposta provisória entregue pelo titular até ao 21.º dia do mês de Julho do ano  $m - 1$ ;

ii) Na confirmação definitiva do valor de  $IPC_{m-1}$ ;

- b) O despacho de homologação será emitido até 15 dias depois da confirmação definitiva do valor de  $IPC_{m-1}$ , que será feita pelo titular da licença até sete dias após a sua divulgação pelo Instituto Nacional de Estatística;

- c) Até ao 15.º dia de cada trimestre, o Ministro da Economia emitirá despacho de homologação do coeficiente do termo variável do preço, para consumos verificados nesse trimestre  $n$ , com base:

i) Numa proposta provisória entregue pelo titular da licença até ao 15.º dia do trimestre  $n - 1$ ;

ii) Na confirmação definitiva do valor de  $PGN_n$  a apresentar pelo titular da licença até ao 7.º dia do trimestre  $n$ .

## SECÇÃO IV

## Disposições finais

## Artigo 7.º

## Condições para alteração de preços

Os preços resultantes da aplicação das fórmulas constantes dos números anteriores poderão ser alterados mediante autorização do Ministro da Economia, a pedido do titular da licença, nos casos de manifesta desadaptação daqueles à realidade, provocada por factores anormais, imprevisíveis ou fora do seu controlo.

## Artigo 8.º

## Princípio do equilíbrio económico

Na definição dos valores dos coeficientes ter-se-á em conta a manutenção, ou eventual restabelecimento, do equilíbrio económico da concessão, considerando-se, de um lado, o interesse público prosseguido e, do outro, a justa expectativa de remuneração do investimento.

## Artigo 9.º

## Condições para alteração da estrutura tarifária

O titular da licença pode pedir a alteração da estrutura tarifária prevista no artigo 2.º nos seguintes termos:

- a) A alteração da estrutura tarifária só poderá ser feita quando da revisão anual das tarifas (componentes fixa e variável);

b) Para determinação do preço de venda do gás, será utilizado o seguinte método:

i) Cálculo do preço médio de venda (PMV) no ano  $m - 1$ :

$$PMV_{m-1} = (\text{receita das vendas})_{m-1} / (\text{quantidade total vendida})_{m-1}$$

ii) Fixação das novas tarifas, por forma que, com base nas quantidades vendidas no ano anterior em cada escalão tarifário, o preço médio da venda resultante seja o determinado anteriormente;

iii) Evolução das novas tarifas para o ano  $m$  de acordo com as regras definidas nos números anteriores.

#### Artigo 10.º

##### Tarifas inferiores às resultantes da aplicação das fórmulas

Salvaguardado o princípio da não discriminação de clientes, o titular da licença pode praticar descontos comerciais em qualquer dos escalões relativamente aos preços resultantes da aplicação das fórmulas previstas, com os limites e condições a fixar no título da licença.

#### Artigo 11.º

##### Dever de informação

Anualmente, a concessionária comunicará à Direcção-Geral da Energia as tarifas aplicadas, o número de clientes e as quantidades consumidas em cada escalão no ano anterior.

## MINISTÉRIOS DA ECONOMIA E DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

### Portaria n.º 6/2002

de 4 de Janeiro

Com fundamento no disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 227-B/2000, de 15 de Setembro;

Ouvido o Conselho Cinegético Municipal de Alcoutim;

Manda o Governo, pelos Ministros da Economia e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, o seguinte:

1.º Pela presente portaria é concessionada, pelo período de 12 anos, renovável automaticamente por um único e igual período, à Sociedade Martincaça — Caça e Turismo, L.da, com o número de pessoa colectiva 505003643 e sede em Martinlongo, Alcoutim, a zona de caça turística da Martincaça (processo n.º 2669-DGF), englobando vários prédios rústicos sitos na freguesia de Martinlongo, município de Alcoutim, com uma área de 797,6680 ha, conforme planta anexa à presente portaria e que dela faz parte integrante.

2.º A presente concessão mereceu, por parte da Direcção-Geral do Turismo, parecer favorável condicionado à aprovação do projecto de arquitectura das instalações destinadas a caçadores, à conclusão da obra a que se refere o citado projecto no prazo de 12 meses a contar da data da notificação da aprovação do projecto, à verificação da conformidade da obra com o projecto apro-

vado e à legalização do alojamento proposto numa das figuras previstas no artigo 79.º do Decreto-Lei n.º 167/97, de 4 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 305/99, de 6 de Agosto.

3.º Nesta zona de caça turística é facultado o exercício venatório a todos os caçadores em igualdade de circunstâncias, quando devidamente licenciados pela entidade gestora.

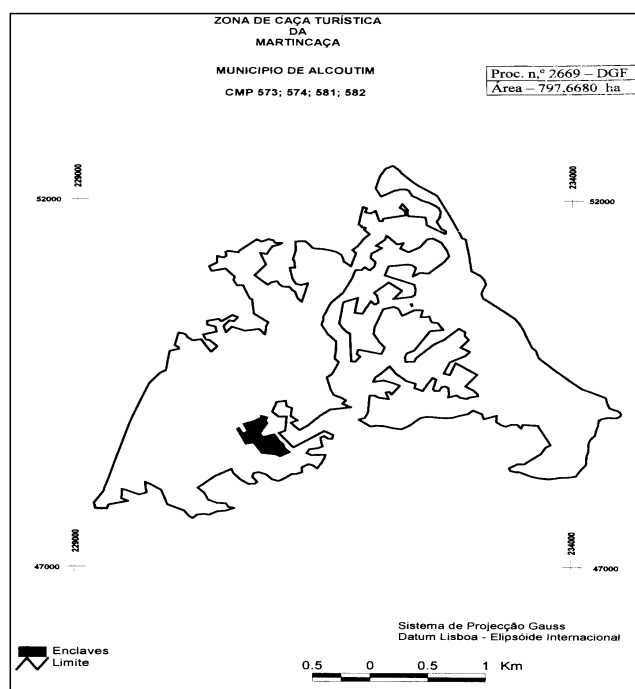
4.º A zona de caça turística será obrigatoriamente sinalizada com tabuleta do modelo n.º 3 e sinal do modelo n.º 10, definidos na Portaria n.º 1103/2000, de 23 de Novembro.

5.º A eficácia da concessão está dependente de prévia sinalização, de acordo com as condições definidas na Portaria n.º 1103/2000.

6.º A presente portaria produz efeitos a partir do dia 1 de Março de 2002.

Em 22 de Novembro de 2001.

Pelo Ministro da Economia, *Vitor José Cabrita Neto*, Secretário de Estado do Turismo. — Pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Victor Manuel Coelho Barros*, Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural.



## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

### Portaria n.º 7/2002

de 4 de Janeiro

Pela Portaria n.º 327/95, de 18 de Abril, corrigida pela Portaria n.º 57/2000, de 11 de Fevereiro, foi concessionada à SNITRAM — Associação de Caçadores Mesquitense a zona de caça associativa da SNI-TRAM — Associação de Caçadores Mesquitense (processo n.º 164-DGF), situada no município de Mértola, com uma área de 1210,8587 ha, válida até 14 de Outubro de 2001.

Entretanto, a entidade concessionária veio requerer a sua renovação.